

**PLANO DIRECTOR MUNICIPAL
DE CONDEIXA-A-NOVA**



**ESTUDOS DE
CARACTERIZAÇÃO**

PATRIMÓNIO

Índice de Matérias

1.	Introdução.....	1
2.	Abordagem	1
3.	Evolução Histórica	3
3.1.	Pré-História.....	3
3.2.	Conímbriga	4
3.3.	Condeixa-a-Velha.....	5
3.4.	Condeixa-a-Nova.....	6
4.	Núcleos com Elementos Patrimoniais de Interesse	8
4.1.	Alcabideque	8
4.2.	Ega	8
4.3.	Bem da Fé.....	9
4.4.	Eira Pedrinha	9
5.	Breve Análise ao Conjunto Patrimonial	10
5.1.	Grau de Importância	11
5.2.	Uso Actual dos Edifícios	12
5.3.	Estado de Conservação	13
6.	Estratégias de Recuperação	14
7.	Bibliografia.....	15

1. INTRODUÇÃO

Os valores patrimoniais têm vindo a ganhar uma importância cada vez maior no âmbito do planeamento urbanístico regional. Os elementos construídos funcionam como elemento identificador das comunidades ao nível cultural e social. O planeamento deve assim tentar analisar estas relações, identificando de forma sistemática, todos os conjuntos e objectos isolados com significado marcante. Para tal devem ser efectuadas, a hierarquização e classificação desses elementos assim como a determinação das suas possibilidades de recuperação e salvaguarda.

Os elementos patrimoniais devem ser enquadrados num contexto histórico sem o qual se perdem os fundamentos desses mesmos elementos. Assim, será necessário compreender a origem histórica dos aglomerados e o modo como se desenvolveram para melhor enquadrar as marcas que as sociedades nos legaram sob a forma de Património.

O conceito de Património deve ser entendido no cruzamento de dois olhares. O que este resulta da identificação do objecto ao nível artístico, avaliado pelas suas qualidades artísticas ou históricas e o que resulta do seu reconhecimento pelas comunidades onde este se insere. A atitude das comunidades na valorização dos objectos artísticos é fundamental para determinação do que é efectivamente Património. Nesta perspectiva, as comunidades devem ser acompanhadas, informadas e incentivadas na salvaguarda da memória futura através da recuperação e manutenção das mais valias arquitectónicas ou arqueológicas. Para a inclusão dos elementos patrimoniais na consciência das populações, foi elaborado este relatório, pretende sistematizar de forma clara e eficaz os elementos marcantes do concelho de Condeixa.

2. ABORDAGEM

Para inventariar e classificar o património arquitectónico e arqueológico foi utilizado como primeira base de trabalho o *Inventário do património edificado* realizado para a elaboração do primeiro Plano Director Municipal. A partir deste inventário foi feita uma nova recolha fotográfica aferindo as suas características principais.

Posteriormente procurou-se identificar os elementos patrimoniais que teriam ficado omissos no primeiro inventário e que pelo seu valor, merecessem a inclusão neste novo inventário.

Para uma organização mais explícita optou-se pelo agrupamento dos elementos do património arquitectónico em três categorias: Arquitectura Religiosa, Arquitectura Civil

e Conjuntos patrimoniais de interesse. Dentro desta classificação foram ainda determinadas diversas tipologias no âmbito da arquitectura:

Arquitectura Religiosa	Igrejas;
	Capelas;
	Cruzeiros;
	Alminhas.
Arquitectura Civil	Casas Senhorias;
	Edifícios de habitação;
	Casas Rurais;
	Equipamentos públicos;
	Equipamentos agrícolas ou industriais;
	Pelourinhos.

Um monumento não pode ser considerado isolado, mas sim integrado no seu ambiente envolvente. Desta forma, torna-se absolutamente importante considerar neste estudo, não apenas os edifícios em si, mas também as características urbanas da sua envolvente.

Foram ainda considerados, pela sua identidade de conjunto, os seguintes sistemas urbanos: Ruínas de Conímbriga, aqueduto romano e Castellum de Alcabideque; Aglomerado de Condeixa-a-Velha; Casas Senhoriais na Vila de Condeixa-a-Nova; Canais de água e fontanários; Conjunto Urbano da Rua de Condeixinha; Conjunto urbano em Condeixa-a-Nova.

Na vila de Condeixa o centro contém um espólio arquitectónico bastante significativo. Aqui ficam localizadas as principais Casas Senhoriais, a Igreja matriz, a Capela de Nossa Sr^a da Lapa, alguns edifícios de habitação de relevo e os principais conjuntos urbanos. No entanto a noção de centro histórico não deve ser aplicada apenas à Vila, mas também às aldeias, cujos núcleos históricos deverão ser igualmente preservados e valorizados. Existem diversas aldeias no concelho de Condeixa cuja valorização deverá contemplar um levantamento mais exaustivo que inclua não só os edifícios mais relevantes, mas todos aqueles que fazem parte desse conjunto tipificado.

Numa perspectiva mais global de entender o património foram também analisados alguns núcleos urbanos do concelho de Condeixa, designadamente Alcabideque, Bem da Fé, Eira Pedrinha e Ega.

3. EVOLUÇÃO HISTÓRICA

3.1. PRÉ-HISTÓRIA

Nos tempos mais remotos, no Paleolítico, quando a Europa suportava o rigor climático imposto pelas glaciações, esta região, de baixas altitudes e sob influência climatológica do Atlântico, já estaria ocupada pelos nossos antepassados. A sua alimentação em espécies cinegéticas como a cabra montês, o auroque, o cavalo, o veado, o javali ou o coelho.

Da Idade da Pedra, ainda pouco investigada, conhecem-se sobretudo os vestígios concentrados na zona de proximidade entre as bacias dos rios dos Mouros e Nabão. Através de uma intensa prospecção na região de Sicó, registam-se, entre outras, as estações de Alvito e Vale de Sorza, talvez oficinas de talhe, Outeiro de Lá Vou, de natureza habitacional, Buraca Escura, certamente ocupada como acampamento temporário de caça, Buraca Grande e Gruta do Ourão, estas últimas datando já dos últimos tempos paleolíticos.

Alguns destes sítios vão sendo ocupados em períodos posteriores. É aliás nesta fase pós-paleolítica ou da Pré-história recente, que a região é ocupada de forma mais diversificada e abrangente.

Para além dos inúmeros testemunhos dispersos, na sua maioria machados e enxós de pedra polida, utilizados no abate de árvores e no cultivo das terras, contam-se agora com abundantes indícios de uma maior preocupação com os mortos. O culto, envolvendo complexos rituais ainda mal conhecidos, seria feito em grutas e abrigos como o *Covão d'Almeida* localizado na Eira Pedrinha. Antes de ser cemitério, a gruta apenas terá servido de abrigo a animais bravios, aves e mamíferos, pois nos depósitos do fundo encontraram-se restos de esqueletos que parecem ter-se formado em meio subaquoso. Posteriormente à utilização como cemitério, o covão deve ter servido de abrigo a populações mais modernas, como é indicado pela cerâmica da camada superficial.

As populações foram-se fixando de forma cada vez mais perene, ocupando quer grutas e abrigos, quer sítios de ar livre. Dos seus hábitos quotidianos quase nada se sabe, no entanto as suas armas e utensílios, os seus adornos e recipientes, alguns profusamente decorados, como o vaso de Casével, sugerem uma significativa afinidade cultural com as comunidades mais meridionais que habitavam a Estremadura.

Com a dependência dos produtos cultivados e animais que já não são apenas caçados, mas também criados, vão sendo exigidos mais meios humanos que, no futuro, irão desenvolver profundas solidariedades comunais. Neste universo de partilha e de coesão familiar afirmar-se-á um sentimento de propriedade e hereditariedade demonstrado através do culto prestado aos mortos no Covão da Eira Pedrinha. É nesta altura, no

último milénio antes de Cristo, que se multiplicam os povoados nos altos rochosos, nas proximidades de Conímbriga, alguns deles na continuidade de ocupações mais antigas.

Com o desenvolvimento destes povoados acentuam-se as trocas comerciais entre regiões e com elas, uma maior circulação de pessoas. No seguimento desta evolução passa a dar-se maior atenção ao controlo visual do território. A produção de metal intensifica-se e é agora mais diversa incluindo machados, foices, lanças, punhais, escopros e espetos que circulam entre os povoados. Este novo ordenamento e exploração do espaço está bem patente no Monte da Pega ou no Monte de Figueiró, ambos dominando todo o vale que acolhe o rio dos Mouros entre eles. Os contactos com o Mediterrâneo Oriental, através do comércio fenício, via Santa Olaia na embocadura do Mondego, estão bem documentados a partir dos sécs. VIII-VII a.C. sendo evidente que o vale da Ega desempenhou um papel importante na penetração dessas mercadorias até aos castros.

3.2. CONÍMBRIGA

A ocupação deste local remonta à primeira Idade do Ferro, no entanto não se conhecem factores relevantes desta ocupação antes da romanização. O povoado indígena ter-se-á desenvolvido mais significativamente na época romana, favorecido por factores históricos e geográficos ainda pouco conhecidos. Por outro lado, a excelente localização de Conímbriga ao nível das vias de comunicação proporcionou uma economia equilibrada, contando com actividades agrícolas, artesanais e comerciais, que levaram a cidade a ultrapassar rapidamente a simples função político-administrativa característica da fase Augustana.

As características do sítio de *Conimbriga*, um planalto de forma triangular acessível apenas pelo lado nascente, determinaram que as comunicações viárias da cidade se efectuassem exactamente através da sua zona oriental, área por onde se expandiu o aglomerado bem delimitado pela primeira muralha, muito provavelmente de construção Augustana.

Em meados do sec. V, a cidade sofreu violentos ataques que provavelmente causaram muitos estragos, no entanto a cidade não foi abandonada, iniciando-se então uma lenta decadência. A reduzida distância a que se situa de Coimbra e as excelentes condições defensivas do sítio de *Aeminium* contribuíram para transferir para lá as funções desempenhadas por *Conimbriga*, nomeadamente as funções viárias, claramente associadas ao sucesso da romanização da cidade.

Como a cidade se implantou num local já escolhido por outros povos, foi necessário moldar-se adaptar-se à estrutura pré-existente. Assim, a cidade é desenhada por uma planta irradiante, e não por uma planta ortogonal como seria usual. O fórum ocupa o

centro da área habitada, sendo construído junto ao bairro preexistente e já considerando a futura instalação das termas.

A disponibilidade de água abundante nas proximidades foi um factor preponderante no desenvolvimento da cidade, que terá tido no vale a Norte do planalto na actual Condeixa-a-Velha os primeiros pontos de captação de água através de nascentes. Com o desenvolvimento da cidade o caudal destas nascentes deixou de ser suficiente e foi construído o aqueduto que transportava água das nascentes de Alcabideque.

Foram construídas diversas casas aburguesadas no período mais áureo da cidade, das quais a Casa dos Repuxos constitui um bom exemplo. É uma construção de grande dimensão implantada fora do perímetro muralhado e dedicada às divindades aquáticas. Destacam-se nesta construção os magníficos mosaicos que revestem todas as divisões.

3.3. CONDEIXA-A-VELHA

Esta povoação assenta em parte sobre alguns edifícios do *oppidum* romano de *Conímbriga*, a cujas ruínas foi recorrendo para obtenção fácil de materiais de construção. A aldeia aparece designada com o nome actual a partir do século XIII, no entanto, num documento datado do século XI já era mencionada sob as designações de *Condexa* e *Condexe*, termos muito próximos da origem da palavra *Condessa*, título de donna Onega citada no Livro de Testamentos de Lorvão como senhora de Villa Cova, que assim se chamaria a aldeia no século X. Condeixa-a-Velha, será portanto, anterior à fundação da Monarquia.

No sec. século XIII o termo de Condeixa-a-Velha abrangia as póvoas de Condeixa-a-Nova, Boi Velho (actualmente Bom Velho), Avessada, Jânea, Pega e Palhacana. Na legislação quinhentista da Câmara de Coimbra, Condeixa-a-Velha aparece-nos, desde 1514, como julgado do termo da cidade a que pertenciam os lugares da Avessada, Ameixeira e Atadoa. Em 25 de Agosto de 1649 regista-se como concelho, para mais tarde, no ano de 1835, ser extinto.

A sua origem remonta como já vimos, ao período de abandono da cidade de *Conímbriga*, durante o qual, se retiraram todos os que tinham posses para procurar um lugar que lhes oferecesse mais conforto e segurança.

Do aglomerado urbano destacam-se as ruínas do anfiteatro romano, na vertente a norte do perímetro da cidade romana, limitadas pela Rua da Fonte e atravessadas pela Rua dos Arcos. Sobre as arcadas correspondentes às antigas galerias de acesso do anfiteatro, a Poente, foram erguidas duas casas centenárias, que ainda se mantêm. Um outro elemento com valor arqueológico inserido no aglomerado de Condeixa-a-Velha é a muralha *Augustana*, a primeira muralha da cidade romana. O seu traçado margina o cemitério e a Rua da Igreja, atravessa o Largo da Igreja e constitui a parede de tardoz da

banda construída a norte da Rua 22 de Junho. Embora não sendo aparente na maior parte da sua extensão, interfere e define a estrutura construída da aldeia.

Não existem edifícios com valor arquitectónico excepcional. A igreja, sendo uma das mais antigas do país, tem valor histórico, no entanto, depois da destruição de que foi alvo nas invasões francesas e da reconstrução subsequente perdeu algumas das principais características da igreja original. No aglomerado antigo a casa paroquial destaca-se, por algum valor de composição arquitectónica, pela escala e pela implantação, com grande presença no Largo Costa Alemão. O conjunto da aldeia não dispõe de qualidade arquitectónica de conjunto e de homogeneidade que lhe confirmam um grande valor ambiental, no entanto, a observação das edificações antigas menos alteradas indicia, através das características morfo-tipológicas de construção, que o aglomerado terá tido homogeneidade e carácter de conjunto.

Constata-se ainda que as construções recentes não reflectem as características morfo-tipológicas de conjunto das antigas, nem apresentam qualidade arquitectónica própria.

3.4. CONDEIXA-A-NOVA

Com a expulsão dos mouros da região do Mondego durante o reinado de D. Afonso Henriques no século XI, as terras de Condeixa, ainda pertencentes ao território de Coimbra, foram concedidas ao Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Em 1219 aparece nomeado pela primeira vez o lugar de Condeixa-a-Nova, fundado pelo Mosteiro de Santa Cruz e localizado a uma légua de distância do anterior, que passa a designar-se por Condeixa-a-Velha. Esta Ordem foi a responsável pelos trabalhos de colonização e de arroteamento dos terrenos. Contribuiu para estes trabalhos uma população grandemente islamizada, cuja proveniência possuía duas vertentes: uma composta por cristãos, originários dos distritos ao norte do Mondego, e outra composta pelos genuínos moçárabes, vindos de Espanha.

Condeixa-a-Nova era, durante o século XIII, um pequeno lugar, de área não superior a 800 m², e que se desenvolvia entre a actual igreja e a Rua Nova, área delimitada pela herdade do Palácio dos Sás. O grande impulso no desenvolvimento de Condeixa-a-Nova ocorreu no séc. XVI, quando em 1514 foi elevada a foral, assim como lhe foi aumentada a área administrativa.

Devido ao seu desenvolvimento, Condeixa-a-Nova chegou mesmo a ser considerada um dos principais lugares do reino¹. Nos séc. XVII e XVIII, Condeixa-a-Nova, atraiu um classe abastada e disposta a utilizar os recursos de que a terra dispunha. A água em abundância e os campos férteis proporcionavam uma agricultura bastante produtiva que tornou Condeixa-a-Nova numa Vila bastante desenvolvida. Foram construídos diversos

¹ CONCEIÇÃO, A.S., "Monografia de Condeixa-a-Nova", José Maria Gaspar, Coimbra, 1983.

palácios, de entre os quais se destacam O Palácio dos Figueiredos, o Palácio dos Lemos, o Palácio dos Sás, o Palácio dos Almadras e o Palácio Conde de Podendes. A antiga Rua Principal, isto é, o eixo compreendido por estes Palácios pode ser caracterizado como sendo uma estrutura que se desenvolveu de forma a responder às necessidades de escoamento dos produtos agrícolas, sendo desde logo acentuada a sua importância pela ligação Coimbra/Tomar. Neste ponto importa realçar a estrutura urbana criada a partir da implantação dos Palácios. Se por um lado, os Palácios são a memória da situação político-social da própria estrutura agrária, por outro, evidenciam a marca da formação do próprio espaço urbano.

Na zona de socos, a Poente, a fixação foi feita tendo em conta os cursos de água, ocupando as margens com moinhos. O sucessivo crescimento de moinhos e a necessidade de lhes dar um acesso determinou a consolidação da Rua de Condeixinha paralela ao percurso da ribeira.

Por outro lado, a Nascente dos Palácios a o território caracteriza-se por uma extensa planície bastante favorável à produção agrícola, tendo Alcabideque como limite. Nesta zona, a existência de duas ribeiras, que atravessam a estrutura da vila, são determinantes na composição da vila de Condeixa-a-Nova. Estas linhas de água são conduzidas por canais ao longo da Vila, ora criando espelhos de água, ora alimentando diversos fontanários. Estes elementos, que individualmente não uma expressão muito forte, devem ser entendidos num sistema mais vasto, através do qual caracterizam o território onde se inserem. O traçado destas linhas de água foram ao longo dos tempos permitindo a fixação das actividades económicas, bem como contribuíram para a estruturação do próprio traçado das ruas.

No final do séc. XVIII foram construídas algumas vias de comunicação e reconstruídas outras. Uma das primeiras viria a ser a estrada entre Lisboa, Condeixa e Coimbra, cuja importância seria decisiva na continuação do seu crescimento. Por esta estrada circulou a mala-posta, transportando viajantes e comerciantes.

Durante o século XIX, Condeixa-a-Nova foi uma das terras mais martirizadas pelas invasões francesas, tendo sido grandemente incendiada em 1819 pelas tropas de Massena durante a 3ª invasão francesa. Um dos edifícios mais importantes que se perdeu neste incêndio foi o Palácio dos Sás. Este palácio era um dos maiores do país com uma frontaria de 23 janelas. Mais tarde já em meados do sécXIX, a inauguração dos caminhos de ferro e o conseqüente término da mala-posta viriam a agravar o declínio da Vila.

No séc. XX a vila viria a recuperar algum do prestígio perdido no séc. Anterior através de um forte investimento público efectuado ao nível dos serviços. Em 1930 foram expropriadas as ruínas do Palácio dos Sás, destruído no incêndio das invasões francesas, de forma a ampliar a Praça da República (antigo terreiro), a abrir a Avenida Visconde de Alverca e a ruas Dr. João Antunes e dos Combatentes. Estas ruas novas viriam a

conduzir o crescimento urbano de Condeixa. Em 1932 foi inaugurada a rede de electricidade, quando muitas poucas cidades ainda não o tinham feito. Ainda em 1932 foi inaugurado uma sala de cinema e em 1936 o mercado municipal.

O património construído está directamente dependente da evolução histórica do lugar onde este se insere. Nos séculos XVII e XVIII, os principais edifícios estão ligados ao poder e riqueza dos Nobres. O modo de funcionamento das sociedades interfere assim no planeamento e construção do edificado.

A relação entre história e património torna-se assim bastante evidente, principalmente ao nível tipológico. Desta forma, Condeixa-a-Nova possui um conjunto notável de Casas Senhoriais, que caracterizam a vila e se destacam ao nível regional e nacional.

4. NÚCLEOS COM ELEMENTOS PATRIMONIAIS DE INTERESSE

4.1. ALCABIDEQUE

Este núcleo, orientado a Este em relação a Condeixa-a-Nova, está implantado numa área de transição entre o extremo de uma planície e um espaço de contenção na confluência de duas serras. Assumiu desde cedo importância, dada a abundância de água nesta zona, capaz de abastecer as restantes áreas limítrofes. Podemos encontrar neste local alguns vestígios da época romana, capazes de relacionar de uma forma constante o elemento água. São eles, o conjunto do *Castellum* e aqueduto romano de *Conimbriga*.

Do tanque para a recolha de águas só restam fragmentos, estando hoje a ser utilizado, pela população, como local de depósito de água, lavadouro e bebedouro de animais. A torre de águas com abóbada e planta rectangular é o ponto de partida do aqueduto com cerca de 3.443,31m de extensão e 19.000m³ de capacidade diária de transporte de água aos balneários públicos, às casas e às fontes de Conímbriga. Era uma obra de engenharia verdadeiramente impressionante, revelando um elevado desenvolvimento tecnológico.

Grande parte do percurso deste aqueduto é subterrâneo descendo até 7m de profundidade na Mata da Bufarda, apresentando-se à superfície já perto da cidade de *Conímbriga*. É um monumento com importância a nível nacional, mas em péssimo estado de conservação.

4.2. EGA

Esta vila que terá tido origem ainda antes da formação da Nacionalidade, foi ocupada pelos Mouros até à reconquista desta região pelo Conde D. Henrique. Mais tarde em

1128 foi doada por D. Teresa aos Templários, que lhe deram foral em 1231. Terá aqui existido um castelo implantado no alto da colina antecedendo as fortificações implantadas também em Pombal e Redinha. Após a consolidação da nacionalidade esta estrutura de defesa deixou de ser necessária possibilitando assim a construção do Palácio dos Comendadores no mesmo local. Este edifício teve origem no sec. XII/XIII, por iniciativa da ordem dos Templários. Durante o sec. XVI foi reconstruído dando origem a um óptimo exemplo da arquitectura manuelina da autoria de Marcos Pires.

A meia encosta da colina e voltada a Sul encontra-se a Igreja Matriz, sem origem devidamente esclarecida. Segundo alguns esta igreja teria sido fundada pela Ordem dos Templários, no entanto para outros já existiria quando a Ega a eles foi doada. Esta Igreja é actualmente um edifício de estilo manuelin que apesar das intervenções oitocentistas conserva o portal atribuído a Marcos Pires representante de um naturalismo de feição barroca, o arco triunfal e ainda a abóbada da capela-mor de Diogo de Castilho. O retábulo da capela-mor, tríptico representando no painel central Nossa Senhora da Graça e a Conversão de São Paulo e Queda de Simão Mago, respectivamente nos laterais, constitui importante representante da pintura primitiva portuguesa.

Existem ainda na Ega um Pelourino do sec. XII erguido pela Ordem de Cristo à entrada da povoação junto ao local onde se encontravam a Cadeia e a Casa da Câmara. Um pouco mais acima fica a Capela da Senhora do Rosário, construída no sec. XVIII e com diversos elementos de realce no seu interior.

De um modo geral a Vila da Ega não possui um conjunto urbano característico e homogéneo, pouco restando da estrutura medieval que lhe deu origem, no entanto, dos imóveis que possui, estão três classificados, O Paço, a Igreja e o Pelourinho, testemunhado vários séculos de ocupação e constituindo um património bastante valioso, quer Arquitectónico quer Arqueológico.

4.3. BEM DA FÉ

Esta aldeia localizada a Este de Condeixa-a-Nova encontra-se ainda bastante isolada, no entanto talvez seja por isso que ainda mantém intacta parte da sua estrutura urbana. A aldeia encontra-se encaixada numa encosta algo abrupta e de difícil acesso originado uma implantação bastante densificada. Não existem edifícios de relevo, no entanto, o conjunto formado é bastante homogéneo, no qual se destacam as vielas apertadas com estrutura medieval. Existe ainda uma Igreja cuja referência remonta a 1199, no entanto o edifício actual é uma construção do sec. XVIII, com modificações do sec. XIX.

4.4. EIRA PEDRINHA

A localidade de Eira Pedrinha é conhecida pela existência de um abrigo pré-histórico denominado de Covão d'Almeida. O abrigo fica situado nas "Várzeas", a cerca de 400m.

para Oeste das últimas casas de Eira Pedrinha. Esta caverna é conhecida por "Covão d'Almeida" ou, na linguagem popular, "Covão d'Almêda" ou "Condalmêda". O abrigo é um largo abrigo natural, com mais de 5m. de altura, cerca de 10m. de boca e 6m. de largura. A abertura deve ter sido, inicialmente, muito mais estreita, tendo sido alargada pela destruição das paredes laterais. O seu interesse arqueológico deve-se ao facto de terem sido encontradas ossadas humanas aderentes à própria rocha. Em 1872 foram encontrados alguns ossos e um crânio petrificado, numa rocha de xisto e a 4m. de profundidade e em 1931 foi descoberta nova gruta, num arrancadoiro de pedra para chaminés e cascatas, encontrando-se mais ossadas, reunidas numa camada geologicamente compacta a envolver uma curiosa malga de barro trabalhado à mão, fragmentos de outra e duas facas de sílex cuja datação nos aponta para o período neolítico.

Ainda no mesmo terreno foram encontrados mais vestígios, durante o ano de 1940 e a uma profundidade de 12m. Encontraram-se lascas de sílex, ossos petrificados, quartzite lascada, pontas de lança de sílex e fragmentos de cerâmica. Em 1945, um engenheiro dos Serviços Geológicos de Portugal procedeu a novas pesquisas, na mesma Várzea, tendo encontrado numa caverna aproximadamente duzentos esqueletos, objectos de cerâmica, pontas de seta e facas de sílex, ossos trabalhados, machado de pedra (datado de há quatro mil anos).

Estes abrigos serviram certamente de cemitério a populações eneolíticas e, posteriormente, de abrigo a pessoas mais evoluídas, como se pode constatar através da cerâmica ali encontrada, fornecendo aos estudos antropológicos um valioso espólio documental.

5. BREVE ANÁLISE AO CONJUNTO PATRIMONIAL

Os objectos e sítios em estudo apresentam uma grande heterogeneidade, englobando características bastante diversas. Entre estes objectos destacam-se os imóveis e zonas classificadas. Assim temos classificados como Monumento Nacional, as Ruínas de Conímbriga e o Aqueduto Romano de Conímbriga e Castellum de Alcabideque; como Imóvel de Interesse Público, o Palácio dos Figueiredos, o Palácio dos Lemos, a Igreja Matriz da Ega e o Pelourinho da Ega e como Valor Concelhio, a Casa e Quinta de S. Tomé e a Casa das Colunas.

O levantamento dos elementos patrimoniais do concelho foi feito a partir da recolha de dados do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, da Direcção do Edifícios e Monumentos Nacionais, da Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova, e da avaliação directa do edificado. Esta avaliação foi organizada por fichas individuais, que

permitem ainda em cada elemento patrimonial analisar com objectividade os seguintes aspectos:

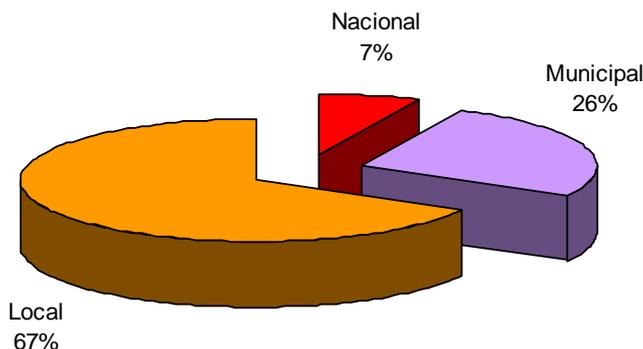
- Caracterização;
- Tipologia;
- Enquadramento;
- Protecção;
- Grau de importância;
- Uso actual;
- Estado de Conservação;
- Patologias principais.

Da observação dos dados recolhidos pode constatar-se que o conjunto patrimonial do concelho de Condeixa-a-Nova inclui uma grande diversidade de usos e tipologias. Nesse sentido, foi realizada uma análise de alguns dos aspectos referenciados nas fichas individuais, designadamente ao nível do grau de importância, uso actual e estado de conservação. Com este tipo de análise do conjunto patrimonial pretende-se determinar ao nível global o seu potencial de transformação, a definição das estratégias e métodos de intervenção mais adequados.

5.1. GRAU DE IMPORTÂNCIA

Na análise do grau de importância foram determinados três parâmetros de classificação, Nacional, Concelhio e Local. No conjunto patrimonial analisado verifica-se ainda que existe um pequeno grupo com importância nacional, que se refere aos elementos classificados, com alguma representatividade no conjunto de Casas Senhorias existentes no concelho. Verifica-se ainda que a maioria dos elementos apenas têm importância ao nível local. Este grupo é essencialmente composto por capelas e edifícios de habitação.

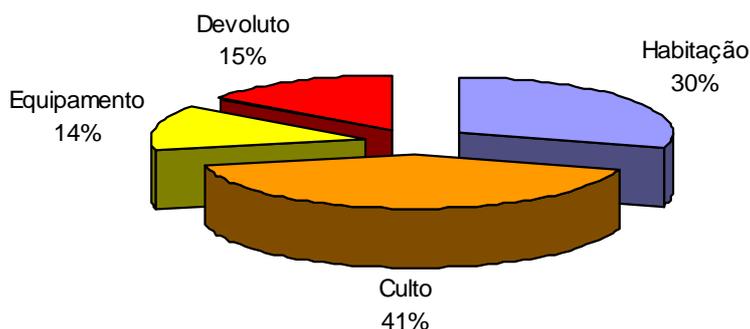
Importância	Natureza do Património					Total
	Igrejas	Capelas	Casas Senhorias	Edifícios Habitacionais	Outros	
Nacional	1	1	3	0	1	6
Municipal	8	2	6	2	4	22
Local	1	18	6	15	17	57



5.2. USO ACTUAL DOS EDIFÍCIOS

A análise dos usos actuais dos elementos patrimoniais refere-se exclusivamente ao património arquitectónico. Considerou-se importante esta abordagem de modo a compreender melhor a distribuição funcional do conjunto patrimonial. Assim, temos uma forte utilização religiosa demonstrada pela existência de pelo menos uma Igreja e várias capelas em cada freguesia. Esta função distribui-se de modo uniforme por todo o concelho. Ao nível habitacional, o património não constitui a maior parte, no entanto, como já vimos, o espólio de casa senhoriais na Vila de Condeixa-a-Nova representa a parte mais importante deste conjunto.

Uso dos edifícios	Número de edifícios
Habitação	22
Culto	31
Equipamento	10
Devoluto	11



Os equipamentos referem-se às construções mais recentes, tais como o Hospital ou a Casa do Povo, no entanto, existem ainda alguns edifícios, que, não tendo sido construídos para qualquer função pública, recebem agora instituições ou equipamentos e representam uma pequena parte do conjunto patrimonial. Ainda assim, 15 % dos edifícios estão devolutos.

5.3. ESTADO DE CONSERVAÇÃO

A análise do estado de conservação do conjunto edificado baseou-se no inquérito directo efectuado a todos os edifícios ou elementos construídos carácter patrimonial do concelho de Condeixa-a-Nova. Foram excluídos do universo deste inquérito os elementos do património arqueológico, que terão na sua maioria critérios de avaliação distintos.

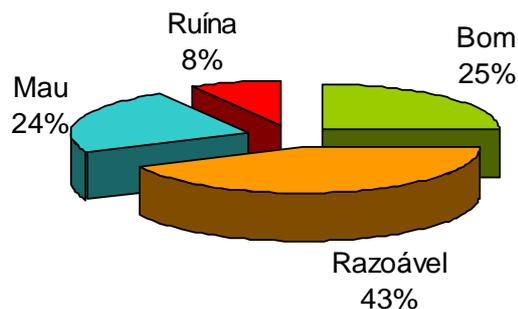
A informação recolhida foi sistematizada nas seguintes classes:

- Bom, quando o edifício apresenta boas condições estruturais e está bem conservado em termos de cobertura, caixilharias, revestimentos e pintura;
- Razoável, quando a estrutura e a cobertura do edifício apresentam boas condições, embora se verifiquem indícios de degradação da pintura ou revestimentos;
- Mau, quando o edifício apresenta degradação das condições estruturais, infiltrações, empenos, fissuras ou das caixilharias;
- Ruína, quando o edifício se apresenta em estado de degradação geral avançada, sem cobertura, caixilharias ou pisos interiores.

A maior parte dos elementos patrimoniais do concelho, (cerca de 68%) apresenta um estado de conservação satisfatório. Os elementos em mau estado ou em ruína representam de 31% do conjunto total, bastante abaixo do que seria de esperar ao nível do património de qualquer região. Dado que se trata de um conjunto de elementos que de alguma forma se destacam em relação aos restantes, os valores obtidos reflectem alguma incúria dos proprietários.

Observa-se uma relativa concentração de edifícios em mau estado de conservação nas tipologias habitacionais, incluindo algumas de Casas Senhoriais, que, como já vimos atrás constituem um grupo patrimonial bastante significativo no concelho. Esta situação deve-se provavelmente ao facto de se tratar de edifícios na posse de particulares e de escala considerável, o que torna mais difícil a imposição de medidas de conservação.

Estado de Conservação	Natureza do Património					Total
	Igrejas	Capelas	Casas Senhoriais	Edifícios Habitacionais	Outros	
Bom	4	3	4	7	3	21
Razoável	5	13	5	4	10	37
Mau	1	3	3	4	9	20
Ruína	-	-	3	2	2	7



6. ESTRATÉGIAS DE RECUPERAÇÃO

Estando grande parte do património arquitectónico abandonado, em más condições de conservação, ou mesmo em estado de ruína, devem procurar-se estratégias de recuperação eficazes que garantam e salvaguardem a memória da história das sociedades através da manutenção dos seus símbolos construídos.

Reconstruir em vez de construir poderá ser uma das possibilidades. Para que isso aconteça, a reconstrução deverá tornar-se competitiva com a opção de construir novo. Uma vez que o volume do edificado degradado e sem utilização está a aumentar, dever-se-á admitir que a reconstrução poderá ter um papel importante no controlo das tendências do crescimento das cidades. Assim, a recuperação do património deverá ser incentivada, quando se trate de património na posse de particulares, ou torná-la uma das prioridades quando se trate de património na posse do Estado.

Por outro lado, importa definir que tipo de intervenção deverá ser efectuada. Essa intervenção deverá considerar o conjunto edifício/monumento, ou seja, mais importante do que a linguagem do resultado final é o facto da intervenção garantir a manutenção de uma vida para o monumento. Assim, é essencial que a recuperação se faça tanto ao nível material como ao nível funcional, garantindo uma a sua inclusão na vida das comunidades locais.

Em alguns casos, *evocar o direito à inutilidade de um monumento como condição essencial da sua dimensão artística*², pode ser a única solução, isto é, quando os imóveis se encontram bastante arruinados, as suas ruínas são essenciais para a condição de monumento. Nestes casos é essencial que o seu valor histórico ou artístico seja suficientemente grande para colmatar a ausência uma função mais tipificada. Em alguns casos podem ainda efectuar-se investigações arqueológicas que permitam avaliar alguns dos seus usos e as características dos seus habitantes no passado.

² AMARAL, R. "Um balanço sobre o estado do património, Viagem aos últimos 20 anos", 2003.

De um modo geral, quaisquer que sejam as metodologias de reabilitação e recuperação do património, o seu objectivo deverá ser sempre o de devolver à sociedade a sua história. Deste modo, é necessário incluir as comunidades locais neste processo. Por outro lado, é necessário entender também que os usos de um monumento poderão ir mais além da comunidade local. A sua promoção enquanto produto turístico pode conquistar novos públicos, que numa perspectiva cultural, poderão ser um elemento bastante importante na recuperação do património. Sem uma atitude mais activa perante este público, que é actualmente mais exigente e informado, perder-se-ão oportunidades de recuperação destes recursos patrimoniais.

7. BIBLIOGRAFIA

AMARAL, R. "Um balanço sobre o estado do património, Viagem aos últimos 20 anos", 2003.

CONCEIÇÃO, A.S. "Monografia de Condeixa-a-Nova", José Maria Gaspar, Coimbra, 1983.

CRAVEIRO, Maria Teresa / BARREIROS, Maria Helena, "Património e Planeamento. Notas sobre o PDM de Lisboa, in Sociedade e Território nº 22, Edições Afrontamento. Porto, 1995.

FERREIRA, Vitor Matias, "Património Urbano: A memória da cidade" in Urbanidade e Património (Coordenado por João Couceiro), URBE / IGAPHE, Lisboa, 1998.

FLORES, Joaquim de Moura, "Património. Do Monumento ao Território" in Urbanidade e Património (Coordenado por João Couceiro), URBE / IGAPHE, Lisboa, 1998.

LAMAS, António Ressano Garcia, Salvaguarda e Valorização do património. Prioridades na definição de uma política do património" in Sociedade e Território nº 21, Edições Afrontamento. Porto, 1994.

NETO, C. "Os polos de captação de água de Conímbriga"

DOMINGUES, Álvaro, "A paisagem revisitada" in www.ordemosarquitectos.pt.

PESSOA, Miguel / RODRIGO, Lino, "A Exposição «Em defesa da memória de todos» e os Fundamentos para a criação de um Ecomuseu em Condeixa", Impressora Económica, Lda. Figueira da Foz, 1985.

REIS, António, "Igreja Paroquial do Zambujal, Restauto dos altares e do tecto do século XVIII", Offsetarte – Artes Gráficas Lda. 2003.

ANEXO

FICHAS DO PATRIMÓNIO

CONJUNTOS

Ruínas de Conímbriga, Aqueduto Romano e Castellum de Alcabideque

Condeixa-a-Velha

Casas Senhoriais

A Água

Rua de Condeixinha

Condeixa-a-Nova

ELEMENTOS INDIVIDUAIS

Anobra

Anobra

Igreja paroquial | 01

Sobreiro

Casa do Dr. Folhadela | 39

Casa rural

Ventosa

Alminha | 35

Casa agrícola | 54

Casa agrícola Sotto Mayor | 55

Belide

Belide

Casa Senhorial | 40

Igreja Matriz | 02

Bem da Fé

Bem da Fé

Casa com alpendre | 63

Igreja paroquial | 03

Condeixa-a-Nova

Barreira

Casa das Ferrans | 41

Condeixa-a-Nova

Casa das Colunas | 64

Casa da quinta do Travaz | 42

Casa da Criança | 83

Casa do Povo | 84

Casa Museu Fernando Namora | 65

Casa Senhorial Bacelar | 43

Casa dos Sás | 44

Capela de N^a S^a do Amparo | 11

Capela da N^a Senhora da Lapa | 12

Cruzeiro | 32

Edifício habitacional | 56 - 59

Antiga Câmara Municipal | 79

Escola primária Conde de Ferreira | 80

Pousada de Santa Cristina | 81

Hospital D. Ana Laboreiro d'Eça | 82

Igreja Matriz / Igreja de Santa Cristina | 04

Monumento aos Combatentes da I Grande Guerra | 76

Palácio dos Figueiredos | 45

Palácio dos Lemos | 46

Palácio Conde de Podendes | 47

Casa e Quinta de S. Tomé | 48

Condeixa-a-Velha

Alcabideque

Alminha | 36

Capela de St^a Maria Madalena | 13

Edifício habitacional | 60

Atadoa

Capela | 14

Edifício de habitação da família Costa Alemão | 61

Casa de campo/Quinta | 49

Casa rural | 66

Nora | 71

Avessada

Casa dos Alpendres | 67

Bom Velho de Cima

Capela de St^a Isabel | 15

Condeixa-a-Velha

Igreja Matriz / Igreja de São Pedro | 05

Lavadouro | 85

Eira Pedrinha

Capela de N^a Sr^a da Piedade | 16

Salgueiro

Capela de S. Romão | 17

Ega

Arrifana

Alminha | 37

Capela de N^a Sr^a do Amparo | 18

Casével

Capela de S. João | 19

Corteses

Antiga fábrica de gesso | 72

Ega

Capela de N^a Sr^a do Rosário | 20

Casa com brasão | 50

Edifício de habitação

Pelourinho | 77

Igreja Matriz / Igreja de Nossa Senhora da Graça | 06

Paço dos Comendadores | Paço da ordem de Cristo | 51

S. Fipo

Capela de S. Pedro | 21

Furadouro

Cadaval

Capela do Marco | 22

Casmilo

Capela de S. Paulo | 23

Casa Rural com alpendre | 68

Cruzeiro | 33

Furadouro

Igreja Matriz | 07

Sebal

Sebal

Casa dos Matos | Família Corte Real | 53

Casa Senhorial da família A. Carvalho | 52

Edifício de habitação | 62

Igreja Matriz | 08

Vila Seca

Alcouce

Capela de S. João | 24

Casa rural com alpendre | 69

Bruscos

Alminha | 38

Capela de S. João | 25

Casa rural com alpendre | 70

Fontanário | 74

Mata

Capela de N^a Sr^a do Rosário | 26

Traveira

Capela | 27

Vila Seca

Capela | 28

Cruzeiro | 34

Igreja Matriz | 09

Zambujal

Serra de Jeaneanes

Capela de Jeaneanes | 29

Moinho | 73

Poço

Capela de S. João | 30

Ponte | 78

Póvoa de Pegas

Capela de St^a Catarina | 31

Zambujal

Fontanário | 75

Igreja paroquial | 10